

Clareza do texto, discursos constituintes e quadro hermenêutico¹

Dominique Maingueneau*

Resumo

O autor reflete sobre o trabalho dos comentadores de obras no ensino da literatura em termos de análise do discurso; para isso mobiliza a problemática dos “discursos constituintes”, que o conduz à de “quadro hermenêutico”.

Palavras-chave: Análise do discurso. Clareza do texto. Discursos constituintes. Ensino de literatura. Quadro hermenêutico.

Discursos constituintes e quadro hermenêutico

No uso ordinário da língua, digamos o uso conversacional, a clareza tem valor regulador. Essa é, aliás, uma das normas das “máximas de modo” de Grice : “evitai a obscuridade na expressão”;² um enunciado obscuro transgride o princípio de cooperação e pode regularmente desencadear no destinatário a construção de uma implicatura. Nesse caso, a clareza ausente de início é recuperada por derivação de um implícito. Nesse tipo de situação de comunicação, há um trabalho de ajuste permanente entre os parceiros da troca, que são supostos iguais de direito: cada um deles espera do outro que ele

* Université de Paris XII – França.

¹ Texto publicado em *L'obscurité. Langage et herméneutique sous l'Ancien régime*, D. Denis (éd.), Louvain, Academia Bruylant, 2007, p. 13-23. Texto traduzido por Telisa Furlanetto Graeff, da Universidade de Passo Fundo - RS, e revisto por Leci Borges Barbisan, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS.

respeite as normas e consequentemente ajuste seu comportamento.

Mas, quando se trata de “textos”, no sentido forte do termo, de um *thésaurus* de textos estabilizados e legados por uma tradição para serem comentados, não se pode mais raciocinar nos mesmos termos. Não há mais simetria entre dois parceiros, mas uma relação assimétrica entre um texto e um sujeito que é obrigado a fazer um outro uso das normas do discurso. Esse é essencialmente o caso dos textos que contêm o que chamo de “discursos constituintes”.

A existência de uma categoria como a de “discurso constituinte”³ (MAIN-GUENEAU; COSSUTTA, 1995; MAIN-GUENEAU, 1999) apoia-se sobre uma intuição banal: há em toda sociedade discursos que “fazem autoridade”, que dão sentido à existência da coletividade, porque eles se confrontam com o absoluto, reivindicam para si uma forma de transcendência. Esses discursos têm, assim, um funcionamento singular: zonas de palavra dentre outras e palavras que destoam de qualquer outra, discursos colocados sobre um limite e tratando do limite, eles devem gerir por meio de sua enunciação os paradoxos que implicam seu estatuto. Além deles há apenas o indizível. Consequentemente, para autorizar somente a si próprios, eles devem se pôr como ligados a uma fonte legitimante, sua existência coloca em toda sua acuidade as questões relativas ao carisma, à Encarnação...

Por meio dos dispositivos enunciativos que eles tornam possíveis, os discursos

constituintes articulam textualidade e espaço institucional. Eles ligam seu trabalho de legitimação à determinação de um lugar para um corpo de enunciadores consagrados. Esses textos, cujo alcance é global, emergem com efeito de modo essencialmente local: sua enunciação deve primeiramente se pôr de acordo com as regras próprias ao campo de que participam os grupos restritos que as produzem, as fazem circular, as gerenciam. É nesses grupos que se preserva e se reconstrói uma memória, que os enunciados podem ser avaliados com relação às normas compartilhadas.

Outra característica importante dos discursos constituintes, que nos interessa diretamente aqui, é que eles implicam uma hierarquia entre os enunciados: há os que são mais prestigiosos que outros, porque supostos em contato imediato com a fonte que dá sua razão de ser aos textos prestigiosos como aqueles que os reivindicam. Para apreender o funcionamento de discursos constituintes, deve-se, então, tomar para unidade de análise o conjunto dessa hierarquia, partir do princípio de que se trata de um espaço de produção discursiva profundamente heterogêneo. Não é, portanto, exterior à essência da literatura, que ela seja o objeto de manuais de ensino ou de diversos tipos de comentários na comunidade que se junta em torno das obras de seu patrimônio. Uma assimetria essencial se instaura com efeito entre os textos “primeiros”, que pertencem a um *thésaurus*, e os textos “segundos” (comentários, resumos, fichas...) que os acompanham.

Alguns desses textos primeiros tornam-se arquitextos, verdadeiros monumentos dedicados a uma exegese indefinida, como a *Ética* de Spinoza ou *A república* de Platão para a filosofia, ou os escritos dos pais da igreja para o cristianismo, as obras de Shakespeare, de Homero ou de Proust para a literatura. Mas o estabelecimento do cânone de arquitextos legítimos é o desafio de um incessante debate entre os posicionamentos concorrentes, cada um procurando impor seus próprios arquitextos e a interpretação que ele julga ortodoxa, conforme a sua fonte.

Um lacaniano que comenta um texto de Lacan não lê unicamente um texto de psicanálise, mas um texto pertencente a um *thésaurus* que funda a comunidade à qual ele pertence ou à qual aspira pertencer. Daí uma leitura muito peculiar, na qual ele deve ao mesmo tempo ler um sentido imediato e pensar que esse sentido abre para outro, mais fundamental e que *me* concerne, eu leitor: trata-se de certo modo de “palavras que dizem o que somos e o que temos de ser”.⁴ A interpretação assim produzida, por sua conformidade às normas da comunidade, deve permitir legitimar a instituição de que fazem parte o comentador e seu destinatário. Supõe-se elaborar o comentário que poderia/deveria ser produzido por qualquer membro da comunidade que agiria de maneira plenamente conforme seu pertencimento. O *thésaurus* e a comunidade correspondente são de fato cimentados pela referência a um hiperenunciador⁵ cuja autoridade garan-

te menos a verdade do enunciado – no sentido estreito de uma adequação a um estado de coisas do mundo – mas mais amplamente sua “validade”, sua adequação aos valores partilhados.

Tais comentários supõem um quadro hermenêutico.⁶ Para ler um texto dentro desse “quadro”, deve-se assumir um certo número de postulados, que têm um estatuto equivalente às máximas conversacionais de Grice. Eles conferem um sentido à atividade na qual se encontram engajados os agentes (por exemplo, um comentário de texto literário), eles definem também as modalidades de acesso ao sentido do texto a comentar. De maneira informal, esses postulados conduzem a pressupor pragmaticamente:

- que o texto em questão é digno de interesse, que ele é singular, extraordinário: por ele uma fonte transcendente manda uma mensagem;
- que essa mensagem é necessariamente escondida;
- que ela toca nos fundamentos da comunidade em nome da qual se comenta;
- que é necessária uma exegese, uma “leitura” não imediata do texto para expor essa mensagem: os mortais comum não têm diretamente acesso a ela;
- que essa leitura implica ao mesmo tempo 1) técnicas, que são o objeto de uma aprendizagem, e 2) uma relação privilegiada do leitor com a fonte do texto (mas um debate

recorrente opõe os que privilegiam a legitimação conferida pelo domínio de técnicas àqueles que privilegiam a experiência pessoal ou o carisma).

Na verdade, o quadro hermenêutico faz mais do que dizer que há um sentido escondido num sentido aparentemente claro, ele define em pontilhados a natureza desse sentido escondido, que deve mobilizar referenciais últimos do tipo de discurso concernido. Assim, para a literatura há um tópico: o destino do homem, os poderes da linguagem, a missão do artista... Há todo um conjunto de rotinas, estabilizadas essencialmente pelo aparelho escolar, que permitem efetuar convenientemente explicações de texto cujo domínio legitima os agentes. Nos concursos de recrutamento de professores de letras, qualquer que seja o texto a comentar, dá-se aos candidatos o mesmo tempo de preparação e o mesmo tempo de explicação: um poema de Mallarmé ou uma página de *Manon Lescaut*, um texto que exhibe sua obscuridade e um texto que se afasta pouco da conversação usual. Além de uma simples necessidade administrativa e de um ideal republicano de igualdade, há o postulado de que, por seu pertencimento ao *thesáurus* da literatura: todos os textos são de direito suscetíveis em mesmo grau de abrigar o sentido oculto, desde que o intérprete esteja à altura. Os textos que são assumidos nesse quadro hermenêutico devem ser reputados primeiros para que se esteja apto a interpretá-los, mas

em realidade é preciso também que eles sejam fontes de interpretação para que se possam chamá-los primeiros... Um texto que não fosse mais objeto de interpretação cessaria de ser primeiro, e, portanto, de ser enigmático. O aumento de interpretações aumenta a necessidade de interpretar, e torna o texto sempre mais inacessível, ele aumenta igualmente a concorrência entre os hermeneutas, cada um querendo ser o que está mais à altura do que esconde o texto. Inevitavelmente, é onde há mais comentários e comentadores que o benefício simbólico é maior: Proust ou Joyce, ao invés de Pradon ou Scarron. Numa dada época, há de fato uma hierarquia entre as obras suscetíveis de serem interpretadas, um verdadeiro campo, como existe o campo da criação de obras, com seu centro e suas periferias.

De um lado, o intérprete deve se aproximar ao máximo da fonte para ser legítimo, e então enfraquecer a enigmaticidade do texto; de outro, é necessário que esse texto seja sempre inacessível para dar valor à sua interpretação. Deve-se levantar-lhe o véu, mas o próprio desvelamento deve mostrar que nenhum olhar estará na medida do que deve ser visto. A proliferação de interpretações se enraíza, assim, numa reserva constitutiva: os intérpretes serão inúteis, fica estabelecido que eles não poderão esgotar a mensagem.

Hiperleitura e intertexto

Quer se trate de exegese religiosa, quer de exegese literária, a mensagem que permite entregar o texto ao hermenêuta não emerge de intenções comunicativas comuns, ela pode ser relacionada às normas que regem a troca verbal. Por seu próprio pertencimento aos discursos constituintes, o texto não tem “autor” no sentido usual: o autor é apenas o ministro de uma fonte sem face, e é porque a posição do autor não pode ser verdadeiramente ocupada que o texto é dedicado às interpretações. Deslocamento que, ao mesmo tempo em que desapossa seu “autor”, dá autoridade à obra e requer para ela intérpretes.

Dessa vez, ninguém tem o direito de contestar a validade do texto em nome de normas que seu “autor” supostamente deveria respeitar. Caso se leia um romancista contemporâneo desconhecido, pode-se julgar seu livro pretencioso, aborrecido ou mal escrito; mas, quando se trata de Molière ou de Balzac, consideram-se tais juízos deslocados. Os textos que são assumidos nesse quadro hermenêutico não poderiam de fato ser criticados: há apenas intérpretes deficientes. Eles se beneficiam de um estatuto que na pragmática se diria “hiperprotegido”:⁷ eles podem tomar liberdades com as normas do discurso, sem que isso atinja seu prestígio. Quaisquer que sejam as transgressões das leis do discurso ou das normas do gênero de que a obra pudesse vir a ser culpada, o

quadro hermenêutico garante que num nível superior o erro é apenas aparente, as exigências da comunicação são, num outro nível, respeitadas.

Pode-se falar aqui de “hiperleitura”. O “hiperleitor” deve ler o texto no sentido trivial de um deciframento, mas esse deciframento é somente um modo de acesso a uma outra “leitura”, uma leitura que revela um sentido oculto. Essa distinção elementar entre simples leitura e hiperleitura não reproduz mecanicamente uma cartografia dos discursos, como se qualquer texto literário exigisse “hiperleitura”, e todo texto de jornal simples “leituras”. Em realidade, essas são posições de leitura relativamente independentes do tipo ou do gênero do discurso em questão. Um texto jornalístico pode ser objeto de uma leitura contratual por aquele que o comprou, mas também de uma hiperleitura, contanto que o autor do texto seja também um escritor de renome sobre o qual se escreve uma tese. Inversamente, muitos textos literários são lidos independentemente de qualquer quadro hermenêutico. Dito de outro modo, devem-se considerar cada vez a autoridade ligada ao texto, seu estatuto no interdiscurso, e a prática na qual o leitor está engajado.

A hiperleitura excede a leitura usual na medida em que, de maneira visível ou não, ela efetua percursos que colocam o fragmento estudado em relação com outros lugares do *thésaurus*, textos da mesma obra, do mesmo autor ou de outros autores. Quando um mestre da

crítica temática como Jean-Pierre Richard “lê” um poema de Mallarmé, ele projeta-o sobre o conjunto da obra para tecer redes de sentido invisíveis a olho nu: ele não se satisfaz com decifrar o texto tomado isoladamente.

O recurso ao intertexto desempenha aqui um papel crucial, porque permite “opacificar” os enunciados aparentemente mais claros. Isso é particularmente evidente para a exegese bíblica. A partir do momento em que os fragmentos podem e devem ser sistematicamente postos em correspondência com outros da Bíblia, nenhum enunciado é mais “claro”. Se a travessia do Mar Vermelho toma sentido pela relação com o batismo de Cristo, somente aquele que lê um enunciado por intermédio do outro tem acesso a seu sentido. Mas isso pressupõe que a Bíblia constitua apenas um texto, relacionado a um hiperenunciador que, para os cristãos, seja unicamente o Espírito Santo. Essa opacificação dos enunciados pelos percursos intertextuais tem precisamente o efeito de legitimar a própria constituição de um texto único, a Bíblia, a partir de escritos dispersos, de legitimar igualmente os hermenêuticas que são capazes de estabelecer as relações mais inesperadas e mais ricas de sentido. Isso que não deixa de cavar um fosso dificilmente redutível entre o simples leitor e o *expert*, o hiperleitor reconhecido pela instituição.

Por meio de cada interpretação feita, esse hiperleitor legitima seu próprio lugar, ao mesmo tempo em que “relegi-

tima” o pertencimento do texto comentado ao quadro hermenêutico, e, além disso, “relegitima” o próprio quadro hermenêutico. Aquele que propõe uma estimulante interpretação de um texto literário mostra pragmaticamente, ao mesmo tempo, que ele é competente, que ocupa legitimamente o lugar que a instituição lhe reconheceu, que o texto é rico de sentido, que a literatura é mesmo um discurso constituinte, isto é, que diz coisas essenciais. Uma hiperleitura que satisfaz seus destinatários provoca, assim, um duplo reconhecimento: gratidão e legitimidade. “Reconhecimento” no que diz respeito ao talento do hiperleitor, reconhecimento por esse último do valor do quadro hermenêutico e da comunidade que lhe é associada. Há aqui uma base essencial entre instituição e sentido.

A hiperleitura tem de fato um papel ambíguo: abrindo conexões de um texto na direção de outros textos, faz proliferar o sentido do texto, supostamente inesgotável; mas constitui também uma maneira de controlar essa proliferação, de canalizá-la. Há, assim, interação entre a leitura que cada um pode fazer na esfera privada e a hiperleitura num quadro institucional. Isso que é igualmente verdadeiro para a leitura que podemos fazer de textos literários, que muito frequentemente sem o nosso conhecimento é profundamente informado pela instituição escolar.

Clareza e obscuridade

Caso se adote essa perspectiva, para um texto literário passível de um quadro hermenêutico, é de clareza apenas enganosa. Mesmo os textos que parecem os mais transparentes exigem do destinatário que derive sentidos escondidos, pelo menos quando se trata das leituras geradas por instituições, é o caso em particular para os professores ou os críticos. A missão do verdadeiro intérprete é de encontrar o local a partir do qual a clareza se obscurece e o texto deixa entrever o enigma que supõe esconder.

Alguns debates do século XVII sobre a maneira como convém traduzir a Bíblia têm aqui um valor exemplar: deve-se esclarecer o texto quando se faz sua tradução para o francês ou devem-se deixar seus “defeitos”, assumindo que Deus voluntariamente deixou escrever um texto obscuro para reduzir nossa razão humana e nos obrigar a procurar um sentido mais elevado? Se a fonte divina entrega uma mensagem, é preciso que os leitores não confiem na sua simples razão, que eles sejam tomados pela ideia de que há mensagem escondida. O que temem os proponentes da obscuridade é que a clareza bloqueie a busca de um sentido oculto; de fato, na ausência de índices claros de transgressão das normas conversacionais, o quadro hermenêutico é inevitavelmente mais ameaçado.

A obscuridade, juntamente com outras formas de transgressão de que ela é muitas vezes dificilmente separável

(desordem, redundância, lacunas, achatamento...), funciona, assim, como um ativador de “redução hermenêutica”,⁸ quer dizer, desencadeia uma série de operações que, como implicaturas de Grice, permitem fazer da transgressão a condição de acesso a um outro sentido, que, ele, não é indireto. Entretanto, vê-se toda ambiguidade dessa etapa: sem o postulado de uma clareza superior, não há procura do sentido escondido, mas sem o postulado, que de qualquer maneira o sentido que se vai revelar não é o verdadeiro, não há quadro hermenêutico; portanto, não há busca do sentido escondido. O texto “quer verdadeiramente dizer” não se pode dizer.

Seria errado, no entanto, fazer da filiação ao quadro hermenêutico um estatuto pragmático reservado a certos tipos de textos, sem considerar os autores. A esse respeito, o célebre prólogo de *Gargantua* tem valor exemplar, exceto que é impossível saber se o autor zomba das práticas hermenêuticas ou as reivindica.

E posto o caso de que no sentido literal vós encontrareis assuntos tão alegres e bem correspondentes ao nome, todavia permanecer aí não se deve, como no canto das sereias; assim ao mais elevado sentido interpretar o que por acaso cuidai de dizer com alegria de coração.

O autor publica um texto que poderia passar por claro, porque trivial, mas afirma no peritexto que é preciso procurar um sentido mais profundo, escondido. Afirma, assim, sua pretensão a inscrever seu livro num quadro hermenêutico. Mas não dizendo de que ordem é esse

sentido mais “alto”, abre o caminho à proliferação de interpretações: Rabelais parece dizer a seu leitor que a clareza é tão enganosa quanto o canto das sereias, que ele esconde alguma coisa, nessa ocorrência um sentido escondido. De fato, a referência às sereias pode se inverter: certamente, a clareza é enganosa, mas pode também ser a crença num sentido escondido que pode ser enganador, uma isca que as sereias agitam. A recusa do sentido imediato pode arrastar os hermeneutas para os abismos do delírio interpretativo.

Rabelais coloca aqui em seu paratexto o que na maioria dos escritores é incorporado à sua prática de escrita. Colocam-se, de fato, como criadores no interior de uma “cena englobante” – no caso da literatura – que é estruturada em torno do quadro hermenêutico, e, consequentemente, produzem seus textos de modo a oferecer à sua obra a possibilidade de restabelecer esse quadro hermenêutico. O escritor que mostra em seu texto que ele transgride uma norma do discurso sabe que o destinatário vai normalmente recorrer a um mecanismo interpretativo comparável ao do subentendido, de modo a conciliar essa transgressão com o respeito presumido das normas. Ele espera do leitor modelo que faça o esforço de extrair os implícitos necessários para operar uma redução hermenêutica, para conciliar as transgressões das normas interacionais com o postulado de que o princípio de cooperação ainda assim é respeitado. É desse modo que, para

um paradoxo que é apenas aparente, os autores do *Nouveau roman* solicitavam tanto mais o quadro hermenêutico e a instituição literária quanto mais eles pretendiam ultrapassar “convenções da romanesca tradicional”.

É nessa perspectiva que eu estudei com G. Philippe as palavras iniciais do “nouveau roman” *Le libéra* de Robert Pinget,⁹ que multiplica os índices de obscuridade. Se essa obscuridade multi-forme é aceita pelo leitor, se ele não fecha o livro, é porque a cena englobante literária atribui *a priori* um estatuto pragmático hiperprotegido aos textos que se enquadram em sua jurisdição: o escritor é autorizado a propor um enunciado que, à primeira vista, transgride manifestamente as máximas conversacionais, enfim, toda a ética comunicacional. Estatuto privilegiado bem explorado por Pinget, cujo texto mostra com ostentação que ele viola os direitos do leitor comum de romance. Mas tal transgressão, devido ao fato de que o texto é da cena literária, deve normalmente desencadear no leitor – que presume dividir com o autor um saber mútuo sobre a natureza do discurso literário – a derivação de sentidos implícitos: certamente o autor transgride, mas ele é suposto, em outro nível, a respeitar as máximas. É, aliás, uma das características da literatura contemporânea (como da arte contemporânea em seu conjunto, também) que um comentário erudito permita sua consumação. Mas nos leitores menos hábeis essa doxa desencadeia frequentemente

um processo circular: a leitura exige a construção de implicaturas que estão em verdade já estocadas na memória do leitor, e que ele deve apenas ativar.

Conclusão

Por natureza, a literatura como instituição implica um quadro hermenêutico, mas que não é própria dela. Querer que os que estudam seu *thésaurus* renunciem a esse quadro, seria recusar o próprio estatuto que ela ocupa na sociedade. Entretanto, essa constatação não impede de desenvolver abordagens como as da análise do discurso, que se inscrevem na órbita das ciências humanas e sociais. Trata-se, assim, de sair de uma relação exclusiva com uma fonte que de uma só vez se mostra e se esconde em textos privilegiados, que fica entre cão e lobo, clareza e obscuridade. O estudo de fenômenos que hoje são agrupados comumente sob a etiqueta de “literatura” não pode de fato se centrar exclusivamente sobre esse quadro hermenêutico, que condena qualquer outra abordagem a ser taxada de reducionista. O discurso literário não se reduz a algumas obras consagradas: é uma rede densa de práticas muito diversas, histórica e socialmente circunscritíveis, e que não são todas de criação.

Clarté du texte, discours constitutants et cadre herméneutique

Résumé

L’auteur essaye de réfléchir sur le travail des commentateurs des œuvres dans l’enseignement de la littérature en termes d’analyse du discours; pour cela lui mobilise la problématique des “discours constitutants”, qui lui mène à celle de “cadre herméneutique”.

Mots-clés: Analyse du discours. Clarté du texte. Discours constitutants. Cadre herméneutique. Enseignement de littérature.

Notas

- ² “Logic and conversation” (1968), retomado em *Pragmatics. A reader*, S. Davis (Ed.), Oxford University Press, 1991, p. 308.
- ³ Ver o artigo que escrevi com F. Cossutta: “l’Analyse des discours constitutants”, *Langages* 117, 1995, p. 112-125. Ver também meu artigo: “Analysing self-constituting discourses”, *Discourse studies*, Sage, London, v. 1, 2, 1999, p. 175-200.
- ⁴ V. Descombes, *Grammaire d’objets en tous genres*, Minuit, Paris, 1983, p. 17.
- ⁵ Noção que introduzi no artigo “Hyperénonciateur” et “participation”, dans *Langages* 156, 2004, p. 111-127.
- ⁶ Sobre essa noção, ver “Interprétation des textes littéraires et des textes juridiques”, dans *Interprétation et Droit*, P. Amselek (éd.), Bruylant et Presses Universitaires d’Aix-Marseille, Bruxelles-Aix, 1995, p. 61-72.
- ⁷ Noção introduzida por M.-L. Pratt, *Toward a Speech Act Theory of Literary Discourse*, Indiana University Press, 1977.
- ⁸ *Le discours littéraire. Paratopie et scène d’énonciation*, Armand Colin, Paris, 2004, p. 62.
- ⁹ “Les conditions d’exercice du discours littéraire”. In: ROULET, E.; BURGER, M. (Éd.). *Les modèles du discours au défi d’un “dialogue romanesque”*: L’incipit du roman de R. Pinget “Le Libéra”. Presses Universitaires de Nancy, 2002. p. 351-379.